

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

SÓ A LUTA DOS TRABALHADORES PODE MUDAR A HISTÓRIA!



Foto: Franthesco Fioravanco/Jornal O Futuro

Há 62 anos, o golpe empresarial-militar de 1964 interrompeu um período de intensa mobilização popular e avanço da organização da classe trabalhadora no Brasil. Ao derrubar o governo de João Goulart, a burguesia brasileira, aliada às Forças Armadas e ao capital internacional, impôs uma ruptura violenta para conter reformas estruturais e eliminar a presença política independente dos trabalhadores. Mandatos foram cassados, partidos dissolvidos e milhares de militantes perseguidos, presos, exilados e mortos, destruindo organizações populares e pratica-

mente apagando a representação comunista no parlamento.

A história, porém, não é apenas memória — é alerta. A experiência mostra que, quando os trabalhadores avançam, a burguesia recorre à força para preservar seus interesses. Hoje, diante da pressão para escolher entre projetos que mantêm a mesma ordem, a lição permanece: não há saída pela conciliação. É na organização, na luta e na construção de uma alternativa independente da classe trabalhadora que reside o caminho para transformar a realidade. **pág 6**

LUTAR CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES!

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário denuncia que as privatizações no Brasil são parte de uma política contínua de transferência de patrimônio público para o capital privado, intensificada desde a crise de 2008 e sustentada por diferentes governos, com o Estado atuando ativamente nesse processo por meio de mecanismos como o Novo Arcabouço Fiscal e o BNDES, que limitam investimentos públicos e estruturam concessões e PPPs

favoráveis aos empresários. Com apoio de mecanismos como o Novo Arcabouço Fiscal e a atuação do BNDES, esse processo avança sobre áreas estratégicas como saneamento, energia e transporte, repetindo um padrão de sucateamento, venda e aumento de custos para a população. Diante desse cenário, é necessário uma ampla mobilização para barrar o desmonte e defender os serviços públicos. **pág 3**

MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO FORÇA AUXILIAR DO PROLETARIADO: SECUNDARISTAS LEVANTAM BANDEIRA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO 46º CONGRESSO DA UBES **pág 7**

SERVIDORES DA EDUCAÇÃO FEDERAL:

greve enfrenta Reforma Administrativa e reivindica 30 horas semanais. **pág X**

UNIVERSIDADES E CAPITAL ESTRANGEIRO:

relações com a Boeing se aprofundam em meio ao subfinanciamento. **pág 8**

AVANÇO DO PUNITIVISMO:

PL Antifacção e PEC da Segurança criam novos tipos penais e expandem o aparato policial. **pág 10**

VENEZUELA PÓS AGRESSÃO IMPERIALISTA:

Da conciliação de classes à subordinação direta aos EUA. **pág 11**

Editorial

Memória, luta e internacionalismo: o caminho de abril

Abril se inicia sob o peso da história e das tarefas do presente. Ao mesmo tempo em que relembramos os 62 anos do golpe empresarial-militar de 1964 no primeiro dia de abril, e celebramos os 104 anos de fundação do Partido Comunista no final de março, somos chamados a qualificar nossa intervenção com maior intensidade nas lutas concretas da classe trabalhadora, elevando o nível de organização, consciência e independência política diante das ofensivas do capital.

A luta pelo fim da escala 6x1 se consolida como uma das principais trincheiras do período. Trata-se de uma pauta com amplo apoio popular e enorme potencial de unificação da classe, defendida como ponto importantíssimo no Programa do PCBR. No entanto, não devemos nutrir ilusões nas forças oportunistas que, de forma recente e demagógica, passaram a reivindicá-la. Nossa tarefa é disputar essa luta com firmeza, apresentando um caminho de reorganização do movimento sindical baseado na independência de classe e na mobilização real dos trabalhadores. A marcha de 15 de abril, em Brasília, deve servir como um ponto essencial para a construção de uma agitação fortalecida durante todo o mês de abril, rumando a construção de um 1º de maio à altura das nossas bandeiras e da nossa tarefa histórica. O Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora, presente no calendário anual de lutas, deve ser tido como uma tarefa principal para cada localidade, servindo de espaço para a disputa da consciência das massas trabalhadoras.

Ao mesmo tempo, o 1º de abril nos impõe o dever da memória e da luta. A ditadura empresarial-militar não foi um desvio, mas um instrumento de aprofundamento da dominação burguesa no Brasil. Relembrar esse período é reafirmar a necessidade de combater não apenas seus resquícios, mas as bases materiais que o tornaram possível: o poder dos monopólios, o papel político das Forças Armadas e a repressão sistemática à organização operária. Nossa agitação deve apontar para a responsabilização dos agentes da ditadura, o fim dos privilégios militares e o enfrentamento do chamado “partido fardado” como expressão dos interesses do capital.

Durante o mês de abril, empreenderemos ainda mais esforços na construção de atividades que fortaleçam organizativa e financeiramente o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Em um contexto de intensificação da luta ideológica, é fundamental armar nossa militância com teoria revolucionária e capacidade de intervenção prática, seja na disputa das entidades, nos locais de atuação e nos movimentos em que estamos inseridos. Só o Partido Comunista, verdadeiramente independente, poderá organizar a luta da classe trabalhadora.

No plano internacional, a solidariedade à Cuba se coloca como tarefa fundamental. Diante do recrudescimento das ofensivas imperialistas, defender o processo revolucionário cubano é defender a própria possibilidade histórica do socialismo em nosso continente. O internacionalismo proletário não se restringe à mera solidariedade, mas encampa de forma orgânica nossa compreensão sobre o acirramento das agressões imperialistas em todo o mundo, com expressão na ofensiva dos EUA e Israel sobre a Venezuela e o Irã.

Por fim, a apresentação dos temas mais relevantes para o mês nesta edição — das privatizações às tragédias ambientais, da greve dos servidores à militarização do Estado, do processo histórico das eleições e a resposta repressiva do Estado burguês ao avanço do punitivismo — expressam uma mesma realidade: o aprofundamento da crise capitalista e suas consequências diretas sobre a classe trabalhadora. Não há saída dentro dos marcos desse sistema. Abril deve ser, portanto, um mês de organização, luta e preparação para os enfrentamentos que virão.

Juventude

Falta de recursos nas universidades estimula parcerias privadas com empresas como a Boeing

Em meio ao cenário de subfinanciamento das universidades públicas, Boeing firma novo ciclo de parcerias com universidades brasileiras, e reforça sua postura predatória com a produção científica nacional.

No mês de fevereiro de 2026, a empresa aeronáutica estadunidense Boeing anunciou mais uma etapa do ciclo de parcerias firmadas com universidades públicas brasileiras. Um dos principais exemplos dessa aproximação é a parceria com o Departamento de Engenharia Aeronáutica da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) da Universidade de São Paulo (USP), que levou à instalação de um laboratório com três cabines de simuladores de voo.

É comum que empresas dos centros imperialistas do capitalismo, como a Boeing, se aproveitem do cenário de subfinanciamento das universidades brasileiras. Enquanto oferecem investimento e infraestrutura, se apropriam da produção científica nacional e da mão de obra qualificada.

Governos e reitorias, abrindo mão da reivindicação pelo investimento público, estabelecem parcerias em nome de uma suposta “inovação” e da “integração com o mercado”. A entrada desses recursos mascara o cenário de subfinanciamento das universidades e transfere parte da produção científica e tecnológica desenvolvida no Brasil para os principais centros do capitalismo.

Os avanços da Boeing contra a indústria do Brasil

O avanço dos interesses econômicos da Boeing em relação ao Brasil não se restringem às universidades. Em 2018, a diretoria da Embraer (fabricante brasileira de aviões, uma das maiores do mundo neste setor, que tem sede em São José dos Campos) aprovou a venda da empresa para a Boeing US\$ 5,26 bilhões. A venda foi feita a partir dos termos da criação de uma empresa conjunta, em que a Boeing teria o comando com 80% da empresa, e a Embraer ficaria em uma posição de submissão com os outros 20%.

Durante o processo de criação da empresa, dois anos depois da venda ter sido aprovada, a Boeing rompeu o contrato e voltou atrás na decisão de compra. Todo esse processo carregou inúmeras irregularidades, pois antes de voltar atrás na decisão, a Boeing teve acesso a infor-

mações confidenciais, como listas de engenheiros, arquiteturas de software e metodologias de integração digital. Posterior ao rompimento, a Boeing utilizou dessas informações para contratar mais de 500 engenheiros-chave da Embraer, o que afetou diretamente diversos setores de produção e desenvolvimento da empresa brasileira.

Grande parte das irregularidades ocorreram durante o governo Bolsonaro, em que a cúpula da Aeronáutica e o Ministério da Defesa demonstraram alinhamento com os Estados Unidos e os interesses da Boeing. Porém, com o decorrer dos processos, já no atual governo Lula-Alckmin, o Ministério da Defesa minimizou o episódio, afirmando que não se enquadrava como um ataque à soberania nacional do Brasil. Além disso, no ano de 2025, a Justiça Federal negou os pedidos que buscavam a proibição das contratações em massa de engenheiros da Embraer pela Boeing.

O Papel da Boeing no Genocídio do Povo Palestino

Ao firmar contratos com a Boeing, as universidades públicas brasileiras se colocam na posição de parceiras de uma das principais empresas que fornecem os meios tecnológicos e militares para a consolidação do genocídio do povo palestino.

As relações entre a Boeing e Israel datam desde a fundação do estado genocida, há 75 anos. Em 2018, foi firmado um acordo comercial de mais de US\$8,6 bilhões, garantindo 50 novas aeronaves para a Força Aérea Israelense.

O lobby sionista está presente em universidades por todo o mundo, e tenta se apropriar tanto de sua produção técnica e científica para manter sua máquina de guerra, quanto da produção ideológica com o objetivo de legitimar o extermínio em curso. São comuns mobilizações para transformar essa realidade. Em outubro de 2025, uma articulação dos estudantes foi responsável por romper o convênio firmado em 2023 entre Unicamp e Technion, um instituto que desenvolve tecnologia diretamente utilizada para o genocídio palestino.

CONTRIBUA PARA A SEDE NACIONAL DO PCBR EM SP

Ajude-nos a construir um ponto de referência para a luta de classes em São Paulo e fortaleça a luta revolucionária no Brasil!

PIX: SEDE.PCBR@GMAIL.COM



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Economia

Privatizações no Brasil: um relatório inicial sobre a transferência de valores para o setor privado

Governo federal de Lula e estados coordenam projeto unificado de entrega do patrimônio nacional para garantir as taxas de lucros dos setores empresariais

Nas últimas três décadas, o Estado brasileiro tem seguido uma política permanente de privatização, transferindo ativos públicos para o capital privado independentemente das alternâncias na Presidência ou no Congresso. A crise de 2008 acirrou esse processo, gerando um desmonte de serviços públicos e direitos trabalhistas para garantir as taxas de lucro da burguesia e piorando os serviços ofertados.

Nesse contexto, o Jornal O Futuro apresenta um relatório inicial que denuncia o processo de privatizações do setor público brasileiro. A tática ideológica propagandeada pela direita (mas que encontra repercussão até em setores da esquerda) é evidente e se repete nos mais diversos setores: a precarização dos serviços através de um sucateamento programado; a agitação sobre a existência de uma suposta “ineficiência” estatal; e, por fim, a negociata dos gestores sob as mais diversas formas, como a desestatização tradicional, as concessões ou as Parcerias Público-Privadas (PPPs).

BNDES como ponta de lança da privatização

Atualmente, o governo federal pavimentou o caminho institucional para as privatizações através do **Novo Arcabouço Fiscal (NAF)** e do **BNDES**. O NAF impõe limites rígidos ao gasto primário, estrangulando o investimento direto do Estado e forçando os entes federativos a buscarem o capital privado como “única alternativa”.

O BNDES consolidou-se como o maior “Hub de Projetos” de desestatização do país. Em vez de financiar o desenvolvimento industrial, o banco atua como arquiteto técnico da entrega do patrimônio, modelando editais de concessão onde o risco permanece com o Estado e o

lucro flui para grupos privados. As tabelas abaixo resumem os principais projetos já executados e em andamento para privatização coordenados pelo BNDES.

Paraná e São Paulo: os laboratórios estaduais

Em São Paulo, a privatização da Sabesp entregou a empresa ao Grupo Equatorial em 2024 por um valor irrisório, transformando um serviço essencial em uma máquina de extração de dividendos. A nova gestão foca no valor acionário, visando distribuir 100% do lucro líquido em dividendos até 2030, após demitir mais de 2.000 funcionários qualificados. Isso resultou na triplicação do tempo de resposta para vazamentos e acidentes ambientais. O modelo assemelha-se ao da Enel, privatizada na década de 1990 e que em 2025 mergulhou a Região Metropolitana em apagões, expondo a falácia da suposta “eficiência” privada. Tarcísio também avançou sobre a CPTM, entregando linhas ao Grupo Comporte, que agora recebe subsídios para operar sistemas previamente sucateados.

No Paraná, Ratinho Júnior já realizou mais de 20 leilões, incluindo a privatização da Copel e da Celear. A tentativa de vender a Celear por R\$1,3 bilhão, valor inferior aos seus próprios contratos com o Estado, foi suspensa pelo STF devido ao risco de exposição de dados sigilosos. Na Sanepar, a operação do sistema de esgoto em 16 municípios foi entregue ao setor privado, resultando na elevação do custo operacional da leitura em 300% e no sucateamento das condições de trabalho, visando reduzir o quadro de 6 mil para 4 mil funcionários.

Um negócio rentável

As privatizações no Brasil representam um terreno fértil para os grupos econômicos beneficiados, que encontram no poder público um espaço

para lobby e articulação para expansão de negócios e das taxas de lucro. A família Constantino, proprietária do Grupo Comporte, é um exemplo: vencedora de leilões bilionários de trens e metrô em São Paulo, a empresa mantém uma relação de proximidade histórica com as elites políticas que estruturam os editais de desestatização. São os grupos que compram as empresas públicas nos leilões que dialogam, nos bastidores, os termos dessas mesmas vendas.

No caso da privatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia em São Paulo, o fundo Phoenix FIP assumiu o controle acionário em uma transação onde o governo de São Paulo arrecadou R\$ 1,04 bilhão, em trâmites jurídicos que não permitem compreender quem são os reais beneficiários finais de tais fundos de investimento.

O Grupo Equatorial, que assumiu o controle da Sabesp e da CEE-E-D (RS), especializou-se em adquirir estatais por valores abaixo dos valores reais, herdando passivos que são frequentemente renegociados ou perdoados pelo Estado. No Rio Grande do Sul, o grupo adquiriu a CEEE-D por meros R\$ 100 mil, em um leilão sem concorrência, enquanto o governo estadual assumiu R\$4,4 bilhões em dívidas de ICMS da companhia. Essa “privatização dos lucros e socialização das dívidas” é o padrão das privatizações no Brasil.

A crise dos Correios é uma das evidências mais gritantes de como o Estado burguês fabrica o déficit para justificar a venda. Sob o governo Lula, a empresa enfrenta um plano de reestruturação que inclui fechamento de agências e programas de demissão voluntária. A queda de receita é atribuída, em parte, à tributação sobre compras internacionais que reduziu o volume de encomendas e à concorrência agressiva de empresas como Amazon e Mercado Livre, que operam sem as obrigações sociais de universalidade que os Correios cumprem. O argumento da burguesia de que a privatização é “inevitável” devido ao rombo fiscal ignora deliberadamente a função social da estatal. Enquanto as empresas privadas operam apenas nos grandes centros onde o lucro é garantido, os Correios garantem a presença do Estado em todos os 5.570 municípios, distribuindo de livros didáticos a vacinas e remédios em áreas onde o capital privado jamais chegaria voluntariamente.

Resistência contra o desmonte do Estado

O presente relatório inicial que o Jornal O Futuro apresenta nesta edição, com intuito de ser aprofundado em próximas edições, revela um quadro de desmantelamento sis-

temático dos serviços públicos em prol do lucro privado. A articulação entre o Governo Federal, que fornece a base fiscal e técnica para as desestatizações, e os governos estaduais, que executam a venda direta de ativos, configura um cerco aos direitos da classe trabalhadora. A privatização de setores estratégicos como saneamento, energia, tecnologia e logística não resulta em eficiência, mas em um ciclo vicioso de demissões, precarização do serviço e aumento de custos para a população.

Se a política de privatização independe dos partidos da ordem que revezam os governos federal e estaduais, a única alternativa de resposta é a mobilização popular, como provou o caso das concessões de hidrovias na Amazônia. Após forte mobilização dos povos indígenas e dos movimentos sociais, o governo petista recuou na privatização do rio Tapajós. A reestatização, sob controle operário e popular, de empresas como Sabesp, Copel e DESO, bem como a defesa intransigente dos Correios e da saúde pública, apresenta-se não apenas como uma necessidade econômica, mas para garantir os direitos básicos do povo brasileiro.

O programa do proletariado deve ser firme nesse terreno: com o objetivo de debilitar a dominação da burguesia e suas condições de resistência contra os trabalhadores, defendemos a anulação e reversão de todas as privatizações, concessões e “parcerias” que transferem recursos públicos para a exploração privada. Em diversos momentos históricos, a classe trabalhadora organizada enfrentou as privatizações para além dos aspectos específicos de cada cadeia produtiva em luta - como o caso das mobilizações que, por anos, enfrentaram a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ). Diante desse panorama, torna-se fundamental não apenas denunciar o avanço contínuo das privatizações, mas também aprofundar a compreensão histórica das mobilizações que se ergueram contra esse processo. Destruir os diferentes momentos em que a classe trabalhadora resistiu à entrega do patrimônio público - suas formas de organização, limites e conquistas - é essencial para revelar as motivações políticas e econômicas que sustentam cada ofensiva privatista. Só assim será possível situar cada luta em seu tempo histórico concreto, identificando seus inimigos reais e suas possibilidades de avanço. Ao elevar o nível de consciência política e histórica dos trabalhadores, cria-se a base necessária para transformar resistências isoladas em movimentos articulados e, sobretudo, em lutas capazes de alcançar vitórias efetivas contra a lógica de expropriação do Estado pelo capital privado.

Projetos de Desestatização em Andamento (Carteira BNDES 2025-2026)			
Setor	Projeto/Localidade	Modalidade	Status do Projeto
Saneamento	Pará (Blocos A, B, D)	Concessão	Leilão previsto para 10/04/2025
Transportes	Metrô de Recife (CBTU/PE)	Concessão	Leilão previsto para meados de 2026
Energia	Eletronuclear (Angra 3)	PPP	Em estruturação / Leilão previsto
Rodovias	Rodovias Federais (Lotes I, II e III)	Concessão	Editais previstos para 2025/2026
Iluminação	Colatina (ES) e Nova Friburgo (RJ)	PPP	Leilão agendado para 12/03/2025
Rodovias	Rodovias Estaduais (Pernambuco)	Concessão	Em estruturação técnica
Ambiental	Floresta Nacional do Bom Futuro (RO)	Concessão	Leilão agendado para 10/03/2026
Ambiental	Floresta Estadual do Iriri (PA)	Concessão	Leilão agendado para 23/03/2026
Educação	Infraestrutura Escolar (Minas Gerais)	PPP	Leilão agendado para 30/03/2026
Saneamento	Saneamento Porto Alegre (RS)	Concessão	Fase de estudos técnicos (RFP 2025)

Projetos de Desestatização Encerrados (BNDES 2023-2025)			
Setor	Projeto/Localidade	Modalidade	Status do Projeto
Saneamento	Sabesp (São Paulo)	Privatização	Concluído em Julho/2024 (Grupo Equatorial)
Energia	Copel (Paraná)	Privatização	Concluído em Agosto/2023
Energia	EMAE (São Paulo)	Privatização	Concluído em Abril/2024 (Phoenix FIP)
Saneamento	CORSAN (Rio Grande do Sul)	Privatização	Concluído em 2023
Saneamento	DESO (Sergipe)	Concessão	Concluído (Operação iniciada pela Igua)
Energia	CEEE-D (Rio Grande do Sul)	Privatização	Concluído (Venda por R\$ 100 mil)
Transportes	CPTM (Linhas 11, 12, 13 - SP)	Concessão	Concluído em Março/2025 (Grupo Comporte)
Telecom	Copel Telecom (Paraná)	Privatização	Concluído (Bordeaux Fund)
Energia	Compagas (Paraná)	Privatização	Concluído (Vendido para o Grupo Cosan)
Saneamento	Alagoas (Blocos A, B e C)	Concessão	Concluído e em fase de contrato

Agronegócio e Clima

Destruição na Zona da Mata Mineira é resultado das políticas de sucateamento e privatização dos serviços públicos

O desastre na Zona da Mata está entre os quatro mais graves do país nos últimos anos - e não resulta apenas das chuvas, mas sobretudo do desinvestimento das políticas de prevenção e do projeto de privatização de serviços públicos essenciais.

Na última semana de fevereiro, a Zona da Mata Mineira sofreu com uma destruição generalizada a partir de fortes chuvas, inundações e deslizamentos. O total de mortos chegou a 72 e o número de desabrigados a quase 9 mil. Além de Juiz de Fora e Ubá, os municípios mais atingidos, Miguel Barbosa e Cataguases também sofreram impactos. A tragédia não surpreende quando sabemos que o ex-governador de Minas, Romeu Zema (NOVO) que deixou o cargo no dia 22 de março para se dedicar à sua pré-campanha à presidência da república, cortou 96% dos investimentos em prevenção contra os impactos das chuvas.

De acordo com a prefeitura de Juiz de Fora, foi o fevereiro mais chuvoso da história da cidade, com 584 milímetros acumulados – o dobro do esperado para o mês –, o que fez com que o Rio Paraibuna e córregos transbordassem rapidamente. Em Ubá, foram registrados 174 milímetros de chuva em apenas três horas, elevando o nível do ribeirão em cerca de 8 metros na área central da cidade.

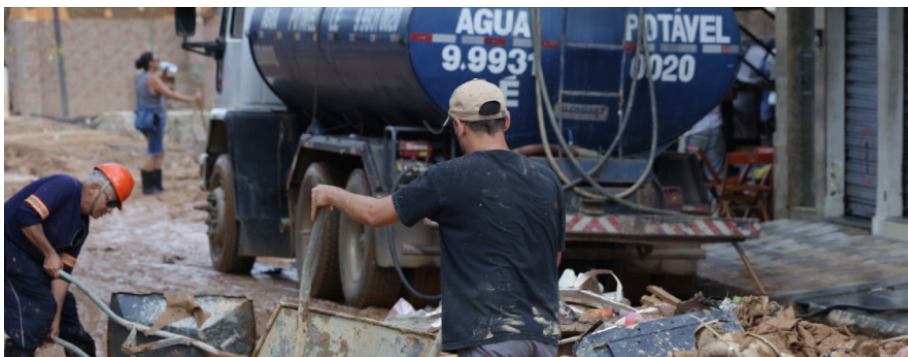
Mas a dimensão dos impactos sobre a população da Zona da Mata Mineira não se explica apenas com o excesso de chuvas: Zema reduziu o orçamento para despesas com infraestrutura de prevenção de R\$ 134,4 milhões em 2023, para R\$ 41,1 milhões em 2024, e R\$ 6 milhões em 2025. Nos dois primeiros meses de 2026, período mais crítico do ano e que concentra os temporais, foram destinados apenas R\$ 16 mil. Com o estrangulamento das políticas preventivas, foi somente após a tragédia e sua repercussão nacional que o governo estadual destinou recursos e tomou medidas.

Essa política de austeridade fiscal inviabiliza políticas de prevenção a inundações e desastres climáticos em todo o país, presente também a nível federal com a restrição orçamentária imposto Novo Arcabouço Fiscal. A mesma lógica privatista está presente nas constantes tentativas de sucateamento e privatização de empresas públicas, que têm papel também na prevenção e combate aos efeitos desses desastres naturais.

Equipes técnicas e carretas humanitárias da Companhia de Saneamento Básico do estado (Copasa) restabeleceram gradualmente o abastecimento das cidades em poucos dias, distribuíram água para consumo da população e atuaram em frentes de solidariedade e apoio mais imediato aos atingidos. Apesar de Zema utilizar desse mérito para sustentar o discurso de que o



Moradias destruídas após dia de chuvas intensas em Juiz de Fora, no final de fevereiro. Fotos: Jornal O Futuro



Copasa atua para reabastecer e recuperar os municípios atingidos pelas chuvas intensas. Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG/Reprodução

governo de Minas está presente, o histórico de desinvestimento e precarização do trabalho nessa e em outras empresas públicas mineiras, revela o contrário.

Em 2025, Zema incorporou a Copasa à lista de bens públicos mineiros a serem entregues à iniciativa privada por meio do Programa de Pleno Pagamento de Dívida dos Estados (Propag) do governo federal. Na realidade, Zema tem defendido a entrega das estatais mineiras ao mercado financeiro desde o início de seu governo e encontrou na questão da dívida pública sob a lógica neoliberal os meios para esse fim.

Em sete anos de gestão do Partido Novo, a dívida de Minas cresceu 75,3%, de R\$ 114,7 bilhões no início de 2019 para mais de R\$ 201 bilhões em 2026. Como substituição à política do Regime de Recuperação Fiscal, que resultou no pagamento de apenas R\$ 13 bilhões durante todo esse período, o governo de Minas aderiu ao Propag, com autorização da União expressa em 31 de dezembro de 2025. O Programa implica uma revisão dos juros e da forma de contabilizar a dívida e, principalmente, permite que os es-

tados ofereçam ativos à União para amortização de parcelas do saldo devedor. Essa forma de abordar o problema da dívida pública dos Estados para com a União reforça a lógica neoliberal de gestão do Estado: entender investimentos fundamentais para a sociedade como “gastos”, restritos pelo Arcabouço Fiscal, enquanto mantém livre os gastos financeiros para o pagamento de detentores de títulos de dívida pública.

Entre a lista de bens públicos mineiros, que somam R\$ 96 bilhões em ativos, Zema tinha inicialmente incluído para além da Copasa, todos os imóveis da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), as empresas de energia (Cemig), gás (Codemig) e comunicação (EMC). Embora tenha recuado com a proposta original, retirando da lista as universidades e outros imóveis, sob pressão e mobilização dos trabalhadores e estudantes das universidades, a política de privatizações avançou a passos largos nesse processo, de que a Copasa é o primeiro alvo.

A aprovação da PEC 24/2023,

em novembro de 2025, conhecida como “PEC do Cala a Boca” retirou a obrigatoriedade de referendo popular para a aprovação de privatização de estatais do setor de saneamento que eram antes garantidos pela constituição estadual. Sem a necessidade de referendo, a proposta de privatização da Copasa foi aprovada pela ALMG no mesmo mês, em regime de urgência, contra as pesquisas que indicam que 66% da população mineira defendiam a manutenção do referendo e 44% eram contrários à privatização da estatal.

Apesar de Guilherme Boulos (PSOL), ministro-chefe da secretaria geral da presidência, ter declarado posição contrária do governo federal à privatização da Copasa, argumentando que o Propag não exige a privatização, sabemos que o Programa induz esse processo: com a recusa dos ativos oferecidos pelos estados para a União, autoriza-se a venda do patrimônio público à iniciativa privada, por valores rebaixados no mercado. A adesão do governo de Minas Gerais ao Propag, apresentado como solução ao problema das dívidas estaduais pelo governo Lula-Alckmin, tem servido apenas à concretização da agenda neoliberal e privatista de Zema e seus aliados do mercado financeiro.

No curso de avanço das privatizações no Brasil, o argumento do rombo da dívida é utilizado para justificar a privatização do saneamento também em Minas Gerais, submetendo um serviço essencial à lógica de recuperação fiscal, em detrimento da função social da estatal. Atualmente, a Copasa atua com uma política de investimento cruzado: redistribuindo a arrecadação das cidades lucrativas para investir em cidades menores e com demandas mais críticas. Com a sua privatização, serão priorizadas as regiões que geram lucros, acentuando as desigualdades regionais – de modo que eventos climáticos extremos terão cada vez mais impactos em áreas de risco, sobretudo nas regiões mais precarizadas do estado.

As recentes tragédias em Minas Gerais são resultado não apenas do aumento das chuvas como consequência das mudanças climáticas, mas sobretudo das políticas de desmonte e privatização dos serviços e empresas públicas que seriam capazes de mitigá-las e, principalmente, preveni-las. A lógica do capital, desde a organização das cidades até o destino das verbas para lidar com a tragédia, privilegia o lucro de poucos e coloca em risco a vida dos trabalhadores a cada nova temporada de chuvas.

Sindical

Educação Federal em Greve contra a Reforma Administrativa e por 30 horas semanais

Servidores da Educação Federal deflagraram greve contra a reforma Administrativa e pela regulamentação das 30h semanais. Movimento paredista já atinge mais de 40 universidades; SINASEFE aprovou paralisação para 1º de abril, e a construção de uma greve nacional unifica a categoria pelo país.



Trabalhadores em greve colocam faixa nas grades da Faculdade de Veterinária da UFRGS. Foto: Christofer Dalla Lana/Brasil de Fato/Reprodução.

Por Alessandro Lima

Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) deflagraram greve por tempo indeterminado em resposta ao descumprimento sistemático dos acordos firmados em 2024 pelo governo. O movimento paredista, que também reivindica a jornada de 30 horas semanais, teve início em 23 de fevereiro, após aprovação na plenária nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA).

A categoria preparava a greve desde o início do ano e hoje conta com a adesão de mais de 40 universidades e institutos federais pelo país. Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), servidores paralisaram as atividades para pressionar o governo federal. Em todo o país, os TAEs organizam comandos locais de greve, piquetes e atividades de formação política, fazendo da paralisação um movimento de enfrentamento.

Entre os pontos centrais da greve está a regulamentação da jornada de 30 horas semanais para os TAEs sem redução salarial. A medida geraria empregos ao fomentar a contratação de mais servidores para cobrir a redução da carga horária, além de reconhecer o desgaste físico e mental a que são submetidos os trabalhadores da educação. O governo, no entanto, mantém o tema “em estudo”, uma tática pro-

telatória clássica para não cumprir o que foi acordado.

A PEC 38/2025 também é alvo da luta da categoria. A chamada “PEC da morte dos serviços públicos”, já alvo de parecer jurídico pela sua inconstitucionalidade, é a versão mais recente da Reforma Administrativa que tramita no Congresso. Em síntese, ela propõe o fim da estabilidade do servidor, a ampliação das contratações temporárias e a terceirização irrestrita de atividades-fim do Estado. Sobre o tema, a FASUBRA declarou: “A proposta de ampliação da contratação temporária no Serviço Público Federal representa, na prática, o fim dos concursos públicos”. Ou seja, ao negociar com o Centrão e acenar com “flexibilizações necessárias” para a governabilidade, o governo Lula entrega um cheque em branco para a precarização progressiva do trabalho no setor público.

O Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) é uma pauta técnica, mas de profundo significado político. Trata-se de reconhecer, na carreira, os saberes adquiridos pelos servidores na prática profissional, e não apenas títulos acadêmicos formais — uma forma de valorizar o trabalhador que constrói a universidade no cotidiano. A regulamentação já foi elaborada pela Comissão Nacional de Supervisão de Carreira (CNSC), mas o SINASEFE aponta intervenções do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na pauta.

Em dezembro do ano passado, após forte pressão, o governo sinalizou que poderia negociar seis pontos do RSC; os sindicatos denunciaram que tratava-se apenas de uma manobra para desviar o foco do cumprimento integral do acordo. A luta, agora, se transformou em greve.

A FASUBRA iniciou tratativas com o Ministério da Educação (MEC) para discutir as pautas. Paralelamente, o Comando Nacional de Greve (CNG) realiza visitas ao Senado Federal para defender emendas aos Projetos de Lei 5874/25 e 6170/25, que garantam o direito ao RSC para ativos e aposentados, além de assegurar a jornada flexibilizada. O CNG também ressaltou problemas na concessão de adicionais, como insalubridade e periculosidade, em diversas instituições de ensino do país. O movimento conta com apoio formal do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (ConIF), ampliando a pressão institucional sobre o governo.

É essencial destacar a força da categoria organizada e a justiça de suas pautas. São esses servidores que garantem o funcionamento das universidades: do atendimento na biblioteca aos laboratórios, da segurança à limpeza, até a gestão acadêmica. Sem eles, não há universidade. A categoria tem um histórico de lutas que remonta às greves gerais da década de 1980, passando pelo enfrentamento às contrarreformas de FHC, pela resistência aos

ataques de Temer, pela luta contra o desmonte promovido pelo governo Bolsonaro e, hoje, pelo governo Lula-Alckimin.

A palavra de ordem que unifica a categoria é direta: Cumpra-se o acordo. O governo Lula-Alckimin, no entanto, não demonstra disposição política para isso. Após a greve de 2024, que durou 113 dias, o governo assinou os Termos de Acordo nº 10/2024 (para docentes) e nº 11/2024 (para TAEs). Segundo a FASUBRA, dos 16 pontos acordados, apenas quatro foram parcialmente cumpridos. Ivanilda Reis, coordenadora da FASUBRA, afirmou: “O governo desconsidera a importância da educação e, com isso, desvaloriza os trabalhadores”.

A história do Brasil ensina que nenhum direito foi conquistado sem luta, e nenhum direito é mantido sem vigilância. A greve de 2024 conquistou acordos. A greve de 2026 é a prova de que a classe trabalhadora não pode enfraquecer seus instrumentos de mobilização. A resposta do governo — silêncio, protelação e descaso — apenas reforça a necessidade de avançar o movimento.

O governo Lula-Alckimin tem seguido, na política para o serviço público, alguns aspectos de continuidade com o passado de Temer e Bolsonaro. Será essencial acompanhar as mobilizações do movimento estudantil organizado em apoio à greve por todo o país, sobretudo nas entidades de representação geral tomadas pela base governista e, portanto, estéreis em sua capacidade de apontar a contradição do projeto federal.

A promessa de campanha de “recomposição do Estado” e “valorização do servidor” esbarrou na realidade da política de alianças com o Centrão e na submissão ao chamado “arcabouço fiscal”, substituto civilizado do teto de gastos, mas que cumpre a mesma função: impedir o investimento público e achatam os salários dos trabalhadores. A política do MGI tem sido a de impor sua própria pauta.

O movimento grevista da FASUBRA e do SINASEFE integra uma ofensiva mais ampla da classe trabalhadora contra o ajuste fiscal, a precarização e a retirada de direitos. É a resposta à política de conciliação de classes que tenta, mais uma vez, fazer a classe trabalhadora pagar a conta da crise do capital. Ao descumprir acordos e não barrar a Reforma Administrativa, o governo Lula revela a qual classe verdadeiramente serve. Aos trabalhadores da educação, resta a luta.

Luta Ideológica

Os comunistas, as eleições e a ditadura empresarial-militar

No próximo 1º de abril completam-se 62 anos do golpe que instaurou a ditadura empresarial-militar no Brasil em 1964, que durou até 1985. O golpe, que destituiu João Goulart e desmantelou o início dos projetos de reformas para o país, representou não só o projeto político da ofensiva do imperialismo na América Latina, como também marcou uma ruptura violenta de um processo político marcado pela intensa mobilização popular e pela crescente organização da classe trabalhadora. Mais do que um simples episódio institucional, tratou-se de uma recomposição do poder de classe da burguesia brasileira, articulada com setores das Forças Armadas e apoiada por interesses do capital internacional. O objetivo era claro: conter o avanço das lutas operárias, das reformas estruturais e da presença política independente da classe trabalhadora.

Antes do golpe, o cenário político brasileiro possuía uma dinâmica bastante distinta da atual. A legalidade eleitoral burguesa era utilizada por diversas correntes da esquerda, inclusive comunistas, como espaço tático de intervenção política. Mesmo enfrentando períodos de ilegalidade, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) conseguiu estabelecer presença significativa nas organizações de trabalhadores e também na arena eleitoral, muitas vezes recorrendo a alianças ou candidaturas por outras legendas. Essa prática se expressava tanto nas disputas parlamentares quanto na atuação sindical e popular.

Experiências locais ilustram esse processo. Em cidades industriais, como Volta Redonda, comunistas chegaram a ocupar mandatos por meio de partidos como PTB ou PSD, resultado de um trabalho político profundamente enraizado nas lutas operárias e na organização sindical. Essa inserção refletia um período em que a classe trabalhadora possuía capacidade de mobilização expressiva e em que o movimento comunista exercia influência concreta em setores estratégicos do proletariado industrial.

A participação eleitoral dos comunistas, principalmente após 1947, com a cassação do registro do Partido, continha uma contradição. Mesmo entre 1950 e 1958, com o giro à esquerda do Manifesto de Agosto de 1950, o Partido não abandonou sua estratégia de uma “revolução por etapas”, defendendo a substituição do governo Dutra por um “governo democrático e popular” – mas não a revolução socialista. A tática eleitoral do Partido, de apostar nas filiações democráticas ou nos apoios ao PTB e ao PSD, começou a se desenvolver a partir do final da década e foi a marca do período entre 1958 e 1964. A arena



Um civil é preso por soldados da Polícia do Exército em Belo Horizonte, no dia 1º de abril de 1964. Foto: Arquivo Nacional/ Memórias da Ditadura

parlamentar funcionava como espaço substancial para agitação e propaganda, articulando o trabalho de base nas fábricas, nos sindicatos e nos movimentos populares. As alianças entre o PCB e os partidos burgueses “nacionalistas” ou “democráticos” tornaram-se parte da posição do Partido, sob a mesma estratégia de revolução nacional-democrática, sobretudo a partir do V Congresso, em 1960.

Esse cenário seria abruptamente interrompido pelo golpe de 1964. A ditadura instaurada pelo regime militar promoveu uma profunda reorganização autoritária do sistema político brasileiro. Mandatos foram cassados, partidos foram dissolvidos e milhares de dirigentes políticos, sindicais e militares foram perseguidos, presos, exilados e mortos. Apenas nos primeiros anos do regime, centenas de representantes políticos tiveram seus mandatos cassados, além de milhares de trabalhadores e militares expurgados de suas funções.

A repressão teve efeitos duradouros sobre a esquerda brasileira. A ditadura não apenas destruiu organizações populares e partidos revolucionários e operários, mas também eliminou quase completamente a presença comunista no parlamento. A institucionalização do bipartidarismo – com a criação da ARENA, ligada ao regime, e do MDB, oposição consentida – limitou drasticamente o espaço político das forças que representavam

interesses independentes da classe trabalhadora.

Mais do que isso, a violência estatal desarticulou redes organizativas inteiras. Lideranças foram assassinadas, como ocorreria posteriormente em episódios emblemáticos da repressão política durante o regime. A completa destruição dessas estruturas organizativas – como a desarticulação do PCdoB devido aos resultados da guerrilha do Araguaia – vai produzir consequências históricas que repercutem ainda hoje: a extrema fragilidade de uma representação parlamentar verdadeiramente comunista no Brasil.

Do ponto de vista político, no entanto, não podemos diminuir a própria responsabilidade dos comunistas e elaborar em cima disso uma autocritica bastante destacada. A falta de preparação dos trabalhadores e camponeses sob uma estratégia de ruptura com o capitalismo brasileiro sob a direção do PCB – fruto da estratégia de aliança com setores “nacionalistas” da burguesia e com o trabalhismo, particular no governo João Goulart – impediu uma resistência à altura das necessidades, para impedir o golpe ou para avançar em uma oposição de classe à ditadura. Quando os setores “progressistas” da burguesia passam a apoiar a saída de força do capital contra os trabalhadores, já era tarde demais.

Essa herança pesa sobre o debate contemporâneo acerca da

participação eleitoral dos comunistas. Como destacamos em nossa nota A posição do PCB nas eleições burguesas de 2026, o processo eleitoral tende a se configurar como uma disputa entre diferentes frações da burguesia, frequentemente apresentadas às massas como alternativas antagônicas, mas que compartilham a defesa da ordem capitalista.

Nesse contexto, a pressão sobre os trabalhadores para escolher o “mal menor” reaparece de forma recorrente, reforçando a ilusão de que a gestão progressista do capitalismo poderia resolver os problemas estruturais da sociedade. A tarefa dos comunistas não é administrar o capitalismo nem apoiar projetos de conciliação de classes, mas construir uma alternativa política independente da classe trabalhadora por meio de inserção nos movimentos de massa, nos setores estratégicos da cadeia produtiva e na representação parlamentar.

O golpe de 1964 evidencia justamente os limites da institucionalidade burguesa. A democracia burguesa brasileira demonstrou ser incapaz de garantir sequer as liberdades políticas mínimas quando os interesses estratégicos da burguesia foram ameaçados. A ruptura autoritária revelou o caráter profundamente restrito e condicionado da democracia sob o capitalismo dependente brasileiro – e seu caráter de classe.

Por isso, recordar os 62 anos da ditadura empresarial-militar não é apenas um exercício de memória histórica. É também uma oportunidade para refletir sobre as estratégias políticas da classe trabalhadora no presente e suas tarefas históricas. A destruição da presença comunista no parlamento brasileiro não foi fruto de uma derrota apenas no campo eleitoral, mas de uma ofensiva violenta do Estado burguês contra as organizações proletárias.

Reconstruir a força política da classe trabalhadora exige, portanto, muito mais do que disputar espaços institucionais. Exige retomar o trabalho junto aos setores estratégicos do proletariado, fortalecer sindicatos e movimentos populares e reconstruir um projeto político revolucionário capaz de superar os limites da democracia burguesa.

Se a história da participação eleitoral dos comunistas no Brasil ensina algo, é que o parlamento nunca foi e não será o centro das transformações sociais pois a experiência do golpe de 1964 demonstra que, quando a luta de classes se intensifica, a burguesia não hesita em abandonar as próprias regras do jogo democrático para preservar seu domínio.

Juventude

Retomar a UBES para a luta: Secundaristas disputam O Futuro no 46° CONUBES

Durante o mês de março, ocorreram as eleições de delegados para o 46° Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (CONUBES), que acontecerá nos dias 16 a 19 de Abril em São Bernardo do Campo (SP). Secundaristas de todo o Brasil se reunirão no espaço para discutir os rumos da entidade e eleger uma nova direção, que conduzirá a UBES pelos próximos dois anos, período até que ocorra um próximo congresso, que é a instância máxima de deliberação da entidade.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) foi fundada com objetivo de unificar as lutas dos estudantes secundaristas de nosso país, que viam a necessidade de se organizar e defender seus direitos em unidade em meados da década de 1940, organizando, no dia 25 de julho de 1948, o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas, que fundou uma entidade para representar esses estudantes nacionalmente, inicialmente recebendo o nome de UNES (União Nacional dos Estudantes Secundaristas), mas tendo seu nome alterado para UBES em 1949, no seu 2º Congresso.

Em decorrência da forte expansão educacional, com a obrigatoriedade do ensino primário sendo estabelecida pela Constituição de 1934, a rede escolar e o número de estudantes brasileiros começou a crescer, aumentando o peso desse setor da sociedade e estabelecendo as suas contradições com os interesses do capital e do imperialismo. Nesse contexto, a UBES surge para organizar as lutas estudantis, ganhando força e sendo fundamental em uma série de conquistas para a classe trabalhadora brasileira, como na campanha “O Petróleo É Nosso!”, onde os estudantes secundaristas e universitários se destacaram defendendo a soberania nacional, o controle dos recursos naturais pelo Estado e o desenvolvimento industrial do nosso país. Diversas outras conquistas foram encampadas pela UBES, como a Lei do Grêmios Livres, o voto para jovens de mais de 16 anos, a meia-passageira estudantil em transportes públicos e atividades culturais, entre outras.

A educação básica no Brasil vem sofrendo com uma série de ataques que prejudicam as condições de vida e de estudo da juventude. Milhares de escolas em todo o Brasil enfrentam situações profundas de precariedade: falta climatização



União da Juventude Comunista (UJC) no Encontro Nacional de Grêmios, em Niterói (RJ). Foto: Jornal O Futuro

nas salas de aula; muitas instituições não possuem infraestrutura adequada, como bibliotecas, laboratórios e quadras poliesportivas; professores insuficientes; dificuldades de permanecer na escola pela necessidade de trabalhar em serviços precários, como na escala 6x1 ou em trabalhos por aplicativo; entre outras expressões da falta de investimento público em educação.

O Teto de Gastos, criado sob a gestão neoliberal de Michel Temer e reformulado pelo governo de conciliação de classes Lula-Alckmin com o nome de Arcabouço Fiscal, retira orçamento da educação com o pretexto de cortar gastos públicos enquanto bilhões de reais são entregues nas mãos de grandes empresários através de incentivos fiscais e programas governamentais.

A Reforma do Novo Ensino Médio, aprovada em 2016 também pelo governo Temer, mesmo com diversas modificações realizadas durante o governo Lula-Alckmin feitas com o objetivo de mitigar os impactos negativos da reforma, continua prejudicando as condições de estudo em todo o país: livros e materiais didáticos são reduzidos e rasos; disciplinas importantes para a formação acadêmica, social e crítica continuam sendo desvalorizadas do currículo escolar; conteúdos voltados à imposição de uma ideologia do “empreendedorismo meritocrático” são cada vez mais incorporados aos currículos de forma compulsória.

O avanço das privatizações e

da militarização das escolas também constitui parte dos ataques feitos à educação pública. A privatização ocorre nacionalmente através da terceirização das chamadas “atividades-meio”: serviços que antes eram prestados pelo Estado, como a merenda escolar, hoje são realizados por empresas privadas. Ou seja, destinam-se esses recursos para empresas, abdicando o papel do Estado e abrindo espaço para desvios de verba. O resultado não poderia ser outro: o serviço entregue é de péssima qualidade, uma vez que o objetivo da empresa privada é gerar lucro para si e não garantir o bem estar alimentar da escola, reduzindo custos com insumos e contratação de profissionais. Grande parte dessas privatizações são feitas com recursos públicos, a partir do investimento do BNDES.

Diante desse cenário, a UBES se mostra fundamental para combater a ofensiva burguesa contra a educação e avançar em conquistas que beneficiem a juventude da classe trabalhadora. Entretanto, hoje a direção da UBES está tomada por setores oportunistas do movimento estudantil, cujo compromisso está alinhado com o atual governo federal, e não com a luta independente dos estudantes. O comprometimento desse setor majoritário da UBES com os governos de conciliação de classes fazem a entidade abandonar as trincheiras das lutas e não organizá-las para não entrar em contradição direta com o atual governo,

que faz uma gestão “progressista” do capitalismo dependente brasileiro.

Entendendo a importância de construir unidade na luta do movimento estudantil frente aos desafios impostos pela ofensiva burguesa contra a educação pública, a União da Juventude Comunista (UJC) reconhece a UBES como uma entidade fundamental para avançar nas lutas de resistência e conquistas de direitos. A UJC publicou recentemente suas Teses para o 46° CONUBES, trazendo como mote “O Futuro É Nosso!” — resgatando a história combativa e classista da entidade remetendo à campanha “O Petróleo É Nosso!”. No documento, a UJC aponta o oportunismo presente nas direções majoritárias da entidade e a necessidade de reorganizar a luta estudantil sob um viés socialista e independente. O objetivo dos comunistas, como afirma a organização, na participação no CONUBES é dialogar com os estudantes secundaristas e apresentar uma alternativa ao atual marasmo que se encontra o movimento estudantil, sem deixar dúvidas de que não há saída dentro do sistema capitalista e que nenhuma gestão “popular” desse sistema é capaz de responder aos problemas históricos da juventude brasileira.

Nas suas teses, a UJC levanta bandeiras que considera fundamentais para o movimento secundarista na atual conjuntura: a revogação do Arcabouço Fiscal e do Novo Ensino Médio, o fim das privatizações, o fim do vestibular e da escala 6x1 estão entre algumas das bandeiras, além da defesa de uma entidade independente dos governos e do capital, que representam os interesses dos estudantes trabalhadores.

Compreendendo a necessidade de retomar a UBES para uma luta estudantil verdadeiramente independente, e reconhecendo que a denúncia dos desvios oportunistas de sua atual direção é tarefa fundamental, a UJC reafirma seu compromisso em explicitar quem são os reais inimigos da educação pública e quem se colocam como seus falsos aliados. Nesse sentido, a juventude comunista declara que participará do 46° CONUBES defendendo a autonomia do movimento estudantil e uma perspectiva de escola socialista, orientada aos interesses da juventude e da classe trabalhadora do país. Assim, a defesa da escola popular será a principal bandeira levada pelos secundaristas comunistas ao CONUBES.



AJUDE A UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA A LEVAR SUA DELEGAÇÃO PRO 46° CONUBES!

Contribua com qualquer valor através do PIX:



Juventude

Censo Escolar registra queda de 1 milhão de matrículas no ensino básico

Novo Censo contabiliza redução de 1 milhão de matrículas no ensino básico. Governo de São Paulo, estado responsável pela maior parte desse número, alega problema no método de contabilização.

Divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em fevereiro, o Censo Escolar demonstra taxas de redução de 2,3% nas matrículas da educação básica, com uma taxa mais acentuada no recorte do ensino médio público, que demonstra uma redução de 6,3%.

O estado que mais contribuiu para esta taxa foi São Paulo, que registrou 17% de queda nas matrículas do ensino básico, representando 60% da queda das matrículas a nível nacional. Nessa situação, em nota da Secretaria da Educação, o governo do estado de São Paulo alegou que a queda das matrículas é, na realidade, resultado de uma adequação do método de contabilidade, que antes duplicava a matrícula de estudantes que cursavam mais de um itinerário.

O erro na contabilização e produção de dados em relação aos estudantes do ensino básico é um problema grave, pois essa impressão afeta diretamente a elaboração e aplicação de políticas públicas fundamentais voltadas para a educação. No mesmo sentido, é impossível manter uma análise real acerca da evasão escolar, que segundo o censo nacional se mostra em enorme expansão.

Mesmo com a imprecisão causada pela contabilidade dos dados no estado de São Paulo, o cenário geral, levando em consideração os dados de todo país, ainda é o de redução das matrículas e um grande indicativo de evasão escolar, principalmente no ensino médio público. A imprecisão causada pelo possível erro de contabilidade no estado de São Paulo pode confundir parte da análise, mas ela não é suficiente para justificar a redução das matrículas que chegam na casa dos 256.000. Ainda, a redução das matrículas no ensino básico, com grau acentuado no ensino médio, é uma tendência que afeta todo o país, e não apenas São Paulo.

Em resposta a essa análise, o Ministro da Educação, Camilo Santana, argumenta que a redução das matrículas diz respeito às mudanças demográficas do Brasil, que conta hoje com o envelhecimento de sua população. Ainda, faz a análise de que a queda das matrículas não é um problema, pois na realidade representa

a “eficiência” do sistema educacional brasileiro, trazendo como argumento a diminuição da repetência.

Os argumentos do Ministro tentam confundir a situação, mas não possuem fundamento nos dados do próprio MEC. A taxa de evasão escolar no ensino médio (5,7%) não acompanha a taxa de redução da população na casa dos 15 a 17 anos (1,1%). Da mesma forma, existe uma queda significativa de matrículas quando se compara o 2º ano do ensino médio com os números do 3º ano, esse fato demonstra que o problema reside no abandono e na evasão escolar, e não na suposta “eficiência” alegada por Camilo Santana.

O que é categorizado como um “mérito” do sistema escolar brasileiro, demonstra na realidade um problema que afeta de forma direta a população brasileira, e principalmente as camadas mais pobres da classe trabalhadora. Os constantes ataques à educação pública e as insuficientes políticas de permanência estudantil elevam os níveis de evasão escolar, em um cenário em que a juventude brasileira tem cada vez menos acesso e incentivo à educação, para ser lançada o quanto antes ao mercado de trabalho enquanto mão de obra barata e desqualificada.

Os motivos para os índices de evasão escolar no Brasil são diversos, e certamente estão atrelados não apenas ao desinvestimento e à falta de incentivo à educação, mas também à precarização do trabalho, e a necessidade dos jovens complementarem a renda familiar. É nesse sentido que o anúncio da diminuição drástica das matrículas no ensino básico deve ser lido como resultado de diversos fatores, que em geral, se categorizam como ataque à condição de vida da classe trabalhadora.

Quais os motivos e o diagnóstico para a evasão escolar

É importante relacionar a queda das matrículas com as condições que constroem um cenário de ataque direto à educação pública. Em São Paulo, estado com maior número de queda de matrículas, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) tenta se colocar

como vanguarda no processo de desestruturação da educação pública, e nesse sentido conduziu a (PEC) 9/2023 que reduz o investimento obrigatório previsto na Constituição Estadual de 30% para 25% com educação, representando um corte de cerca de R\$10 bilhões. O estado também contou com o leilão da gestão de 33 escolas e o avanço do modelo de escola cívico-militar, através do projeto que pretende militarizar 100 escolas estaduais.

Da mesma forma, o estado que se encontra com a segunda maior queda das matrículas, em uma taxa de 8,65% de 2024 para 2025 é o Paraná, governado por Ratinho Junior (PSD). Este que também segue a cartilha das privatizações, com um projeto que visa abertamente o fim das escolas públicas, ao mesmo tempo que seu estado lidera em número de escolas cívico-militares, chegando a marca das 345 unidades.

Se por um lado a política de precarização da educação pública leva a evasão escolar dos estudantes no ensino básico em todo o país, do outro vemos o setor privado avançando em todas as áreas da educação, e tendo suas taxas de matrícula em ascensão quando comparadas ao ensino público.

O diagnóstico das taxas de evasão também são determinantes para entender que a política de desinvestimento e ataque à educação pública avança muito mais rápido do que qualquer política pública que vise a permanência estudantil. Um dos principais exemplos a serem analisados é o Pé-de-Meia, política que busca combater a evasão através de um auxílio financeiro para estudantes de baixa renda.

O programa ainda é novo, e são poucos os elementos para julgar sua eficácia, porém, o combate à evasão escolar deve ser enfrentado de forma mais ampla. A evasão escolar é um problema próprio do capitalismo dependente brasileiro, que não vê a formação de trabalhadores e trabalhadoras como uma necessidade para sua acumulação. Além disso, são inúmeras as variáveis que contribuem para a evasão, que vão desde a temperatura em sala de aula até a violência doméstica, e devem ser consideradas como parte do problema.

Juventude

Lutar não é crime!

Nota de solidariedade da UJC e do PCBR aos estudantes agredidos pela PM-RJ

Quando estudantes denunciam o assédio o Estado finge que não escuta, mas quando estudantes se mobilizam para enfrentar as violências, o Estado responde de forma ágil com agressões.

A agressão feita pela Polícia Militar do Rio de Janeiro contra a presidente da AMES-RJ e mais dois estudantes na Escola Estadual Amaro Cavalcanti, atual Escola Senhor Abra-vel no Largo do Machado, que estavam na instituição de ensino para apoiar um abaixo-assinado contra o assédio e pelo afastamento de um professor assediador da escola escancara as prioridades do estado capitalista que, ao invés de ouvir e dar consequências as denúncias dos estudantes, torna à escola em um espaço de silenciamento, coerção e diversas violências.

Não é de hoje que a PM ataca violentamente estudantes e lutadores. Mesmo com autorização para entrar na escola, a gestão da escola acionou a polícia para tentar impedir a mobilização dos estudantes, numa ação contra o direito de organização e luta do movimento estudantil. Dentro da escola houveram agressões feitas com socos e tapas desferidos contra os estudantes. A polícia militar, herdeira direta do legado da ditadura empresarial militar, mantém o mesmo modo de operação do regime de 1964: perseguir, cercear e agredir o direito de voz dos estudantes e da classe trabalhadora. Esse episódio revela que a polícia não serve para nós proteger, mas sim para defender o estado capitalista e os interesses da classe dominante. Por isso devemos lutar incansavelmente contra a militarização das escolas e pela liberdade de organização, ou episódios como este, contra os estudantes, serão cada vez mais constantes.

A postura da gestão da escola de chamar a polícia para os estudantes também revela o projeto contra a educação em curso. Em todos os estados do Brasil são organizadas medidas para atacar a autonomia e independência das entidades estudantis, com o objetivo de matar a luta dos estudantes. Historicamente, estudantes e juventude foram ponta de lança na luta por direitos, as quais sempre sofreram ataques e resistência por parte da burguesia e do estado burguês que procura formas de desmobilizar a organização independente dos estudantes através dos grêmios e suas entidades gerais. Não permitiremos ataques contra nosso direito de organizar nossa luta de forma independente dos governos. Qualquer ataque contra os estudantes em uma escola deve ser respondido de forma unificada pelo movimento estudantil nacionalmente em defesa da legitimidade da nossa luta e da independência de nossas entidades representativas!

Não podemos aceitar agressões contra os estudantes! Temos o direito de nos organizar e enfrentar as opressões dentro das nossas escolas. Se o estado não nos garante segurança e proteção contra o assédio, nós mesmos iremos responder a essas violências com mobilização popular! Toda solidariedade à Marissol e Theo, estudantes violentamente agredidos pela PM!

**LUTAR CONTRA O ASSÉDIO NÃO É CRIME.
LUTAR POR DIREITOS NÃO É CRIME.
LUTAR É UM DIREITO!**

Segurança Pública

Comando das Forças Armadas demanda quase R\$ 1 trilhão em verbas a Lula

Em janeiro, no mês do ataque dos EUA à Venezuela, o Presidente Lula, o Ministro da Defesa e os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica se reuniram no Palácio do Planalto para discutirem a atribuição de R\$ 800 bilhões à Defesa Nacional.

O Presidente Lula, o Ministro José Múcio e os comandantes do Exército, general Tomás Paiva, da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, e da Aeronáutica, brigadeiro Marcelo Damasceno se reuniram, ainda em janeiro, no Palácio do Planalto para a apresentação da demanda, realizada pelos comandantes das forças, de aportes financeiros em investimentos na Defesa Nacional. Nesse encontro, os comandantes estimaram em R\$ 800 bilhões, em 15 anos, o aporte necessário para dar conta de “uma defesa do tamanho que a sociedade brasileira precisa”, como dito por Múcio, em entrevista ao Tarde BandNewsTV.

Ainda que não estejam claramente apresentadas as iniciativas, os programas ou os prazos que justifiquem a aplicação dos recursos, o encontro marcou uma elevação do nível do debate interno sobre Defesa Nacional. Múcio, entendendo o momento de ameaça de expansão de guerras imperialistas como uma “janela de oportunidades”, vem articulando junto ao Governo Lula a demanda dos comandantes das Forças Armadas pela retirada dos investimentos destinados à defesa do país do Arcabouço Fiscal.

No ano passado, o Congresso Nacional decretou a Lei Complementar 221/2025, que destina R\$ 30 bilhões fora do limite de gastos orçamentários, do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), às Forças Armadas (FA) até 2031. A medida já garante uma injeção de R\$ 5 bilhões por ano aos projetos estruturados pelo Comando. Porém, após acirramento da tensão geopolítica, como a invasão estadunidense à Venezuela e os sequestros do Presidente Nicolás Maduro e da primeira-dama Cília Flores, as discussões a respeito da necessidade de investimento em Defesa Nacional a longo prazo ganharam mais força.

Em entrevista à jornalista Míriam Leitão, o Ministro da Defesa, José Múcio, que já vem servindo de ponte para a negociação dos interesses militares com o Presidente Lula, destacou sua “preocupação” diante da riqueza brasileira em recursos naturais, o que nos coloca como alvo de países estrangeiros.

O ministro destacou ainda que, apesar dos novos investimentos às Forças Armadas, anos de defasagem no setor, em suas palavras, nos fariam continuar “a anos-luz do patamar americano, que planeja investir cerca de US\$ 1,5 trilhão em defesa”. O ministro e os comandantes seguem reforçando sua pauta e projetando novos avanços de posição.

Enquanto a propaganda militarista avança como uma preten-



Comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército ao lado do Presidente Lula e do Ministro da Defesa, José Múcio. Foto: Ricardo Stuckert/PR

sa solução para a insegurança dos trabalhadores, o Comando das FA aumenta o poderio bélico sob seu domínio e atua para reestruturar sua imagem, que sofreu abalos após o Governo Bolsonaro/Mourão. A retomada de protagonismo político do comando, alavancada sob os Governos de Temer e Bolsonaro/Mourão, vem sendo reorganizada em um ganho de protagonismo orçamentário sob o Governo Lula/Alckmin com a mediação de seu Ministro da Defesa, José Múcio.

Enquanto o imperialismo estadunidense passa a manejar acusações de terrorismo para produzir derrubadas de governos e saques de riquezas naturais, como o petróleo venezuelano ou as terras-raras brasileiras, o lucro de suas multinacionais é protegido pelas instituições do Estado burguês em praticamente toda a América Latina, com a exceção de Cuba.

Apesar do que a mídia burguesa exhibe, nós não somos tão diferentes dos nossos vizinhos: estamos na periferia do capitalismo, podemos ser cercados e termos as armas dos comandos militares locais, historicamente aliados aos EUA, viradas contra nosso próprio povo.

A América Latina como alvo

Os EUA, inegavelmente, nunca consideraram a autodeterminação dos povos. Na década de 60, sentiram-se ameaçados pelo pensamento socialista que se integrava ao pensamento da classe trabalhadora latina-americana à época, através

da Revolução Cubana, em 1959. Seguiu-se a isso, uma sequência de praticamente 20 anos de derrubadas de presidentes eleitos por meio de golpes militares de comandos alinhados a Washington. No Brasil, o Governo de João Goulart foi desestabilizado e derrubado através desse tipo de agressão imperialista.

Nos dias atuais, os Estados Unidos invadiram a Venezuela e sequestraram seu presidente eleito, após consolidarem uma presença militar no Mar do Caribe desde o final do ano anterior. Sob a linha do Governo Trump, em seu segundo mandato, Washington mobilizou o maior destacamento naval na região em décadas, liderado pelo porta-aviões USS Gerald R. Ford. Ainda em 2025, petroleiros que transportavam o óleo venezuelano foram sequestrados.

Com o domínio da mídia ocidental, a burguesia norte-americana declara ser um combate ao tráfico de drogas e em “defesa da democracia”, apesar do apoio material ao Estado colonial e ilegítimo de Israel em terras palestinas, do bombardeio a escolas no Irã, invasão da Venezuela, bloqueio ao fornecimento de petróleo à Cuba e ameaças de imposição de tarifas a qualquer país que o forneça à ilha.

Tendo isso em mente, o Governo Lula, em parceria com a África do Sul, passou a defender abertamente a produção de suas próprias armas, além de se posicionar com mais frequência acerca dos últimos crimes de guerra mundo afora, sempre em tom de crítica à brutalidade. Porém, o faz com atitudes vacilantes. Ao mesmo tempo que

critica Trump, reconhecendo seus interesses imperialistas, também sinaliza que pode abrir negociações vantajosas aos EUA ao afirmar que “pintou uma indústria petroquímica” entre ambos.

No cenário interno, o vemos ceder às pressões dos comandantes militares, histórica e organicamente ligados às doutrinas impostas pelos EUA no último século. O histórico recente de golpismo, entreguismo e defesa dos interesses do Governo dos EUA e dos capitais estadunidenses, como se fossem semelhantes aos interesses dos trabalhadores brasileiros, não foi superado por ausência completa de enfrentamento.

Não podemos, efetivamente, dizer que o Presidente Lula busca ceder aos “dois lados”, quando ambos representam a posição burguesa, seja ela nacional ou estrangeira. O que há, é reforço de posições burguesas acerca das possíveis instabilidades que podem se abater sobre a “normalidade” da acumulação do capital.

Não está colocada qualquer proposta de reforma nas Forças Armadas que reforce mecanismos de controle popular e operário sobre as armas nacionais e a missão autoimposta por seu comando. Seguem também intocadas todas as instituições militares que afastam as tropas do interesse comum junto ao proletariado e alinham seu comando à defesa da hegemonia burguesa no país, que necessita que os militares estejam bem armados apenas para garantia da preservação da ordem através do controle e repressão à luta dos trabalhadores.

Segurança Pública

PL Antifacção e PEC da Segurança consolidam avanço do punitivismo

Aprovação consolida uma agenda que amplia penas, cria novos tipos penais e expande o aparato policial, aprofundando uma lógica punitivista que já orienta a política de segurança pública no Brasil há décadas.

Após uma tramitação marcada por impasses, a Câmara dos Deputados concluiu, em 24 de fevereiro de 2026, a votação do projeto de combate ao crime organizado conhecido como PL Antifacção (PL 5.582/2025). Sob relatoria do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), o texto final foi aprovado após um acordo entre governo e oposição e rejeitou as alterações feitas anteriormente pelo Senado Federal, que buscavam retomar pontos do projeto originalmente apresentado pelo governo.

Uma semana depois, em 4 de março de 2026, a Câmara também aprovou a PEC da Segurança Pública, proposta pelo Executivo que confere status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O texto segue agora para apreciação do Senado.

A aprovação das duas iniciativas foi comemorada pelo governo como uma vitória política. Em publicação oficial, a Secretaria de Comunicação Social afirmou que o PL Antifacção “fecha possíveis brechas jurídicas que poderiam gerar impunidade para criminosos”.

Para a segurança pública: mais do mesmo

Com a tramitação próxima do fim, as iniciativas do governo na área da segurança pública indicam a continuidade — e o aprofundamento — de um receituário de política criminal aplicado há décadas no Brasil. Trata-se de uma estratégia centrada na chamada “guerra às drogas”, na militarização das forças de segurança, no aumento de penas e na ampliação do encarceramento em massa, com impacto desproporcional sobre a juventude negra e periférica.

O recém-aprovado PL Antifacção cria novos crimes relacionados à participação em chamadas “organizações criminosas ultraviolentas” ou “facções criminosas”. Juristas apontam que essas categorias apresentam elevado grau de imprecisão jurídica. As penas previstas variam, em regra, de 20 a 40 anos, podendo chegar a até 80 anos — o que, na prática, se aproxima de uma pena perpétua, proibida pela Constituição brasileira.

O texto também criminaliza condutas como a instalação de barricadas ou a destruição de meios de transporte

— por exemplo, ônibus — quando associadas a integrantes dessas organizações. Nesses casos, as penas podem variar de 20 a 40 anos, superando inclusive a punição prevista para homicídio qualificado.

Além disso, o projeto prevê penas de 12 a 20 anos para quem “apoie de qualquer forma” essas facções. A formulação ampla e genérica desse dispositivo levanta preocupações sobre possíveis usos políticos da legislação, incluindo sua aplicação contra artistas ou manifestações culturais que façam referência a facções em letras musicais ou expressões artísticas.

Segundo a própria bancada do PT reconheceu durante o debate — em contraste com a celebração oficial da aprovação — o texto contém tipos penais abertos que não se restringem necessariamente a integrantes de facções. Na prática, esses dispositivos poderiam ser mobilizados para criminalizar movimentos sociais. O projeto também estabelece que a acusação por esses crimes é suficiente para decretar prisão provisória, criando uma espécie de prisão automática.

Ampliação das forças armadas da segurança

A PEC da Segurança Pública insere-se na mesma lógica de endurecimento. Entre outras medidas, o texto prevê a criação de novas forças policiais com funções ostensivas em níveis federal e municipal, incluindo a Polícia Viária Federal e polícias municipais.

Na prática, a medida amplia o número de segmentos armados dentro da estrutura de segurança pública e pode reforçar o processo de militarização dessas forças em todo o país.

Especialistas apontam que a combinação de novos tipos penais e aumento de penas tende a ampliar o encarceramento em massa — tendência já consolidada no Brasil. O país possui atualmente a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 900 mil pessoas presas, número que cresceu mais de dez vezes desde a década de 1990. Parte importante desse crescimento está associada à política de drogas adotada no país,

especialmente após a criação da Lei de Drogas durante os governos do PT, apontada por pesquisadores como um dos principais impulsionadores da inflação carcerária.

Diversos estudos indicam que o próprio sistema prisional atua como um dos principais ambientes de fortalecimento e recrutamento de facções criminosas. Nesse cenário, a expectativa é que os problemas já observados nas últimas décadas possam se intensificar.

Governo não apresenta projeto alternativo de segurança pública

Embora a tramitação tenha sido marcada por disputas pontuais — como o debate sobre impostos sobre apostas esportivas para financiar a segurança —, há um consenso estrutural entre o projeto do governo e as propostas defendidas pela oposição.

Desde o início, tanto o PL Antifacção quanto a PEC da Segurança Pública tiveram como eixo o aumento de penas e a ampliação da militarização das forças de segurança. Nesse cenário, a extrema direita atuou sobretudo para radicalizar essas medidas, propondo tipos penais mais amplos e punições mais severas.

O PL Antifacção foi apresentado logo após a chacina ocorrida no Complexo da Penha e no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, como resposta ao crime organizado. Como observou o criminalista Marco Alexandre Souza Serra, em artigo publicado no Brasil de Fato, o governo evitou confrontar diretamente a política de segurança do estado após o episódio: não houve propostas de responsabilização pelas mortes, assistência às famílias ou prevenção de novas chacinas, nem medidas voltadas a atingir as bases econômicas das organizações criminosas.

Em vez disso, o Executivo apostou no endurecimento penal. Ao encaminhar as propostas em regime de urgência, abriu espaço para que a extrema direita ampliasse essa agenda. O resultado é um cenário em que o governo não disputa um modelo alternativo de segurança pública, mas apenas a intensidade dessa mesma política.

Internacional

Cuba segue resistindo às ofensivas imperialistas

A solidariedade humanitária a Cuba deve ser transformada em luta política organizada contra o imperialismo estadunidense e contra o grande capital monopolista internacional.



Flotilha Nossa América chega a Cuba com ajuda humanitária e painéis solares. Foto: Miguel Díaz-Canel/X/Reprodução

A crise energética que se desenrola na ilha cubana, devido aos bloqueios e ameaças do governo Donald Trump, é parte de uma série de ofensivas do grande capital monopolista estadunidense para tentar retomar sua hegemonia na América Latina e Caribe. Além de pressões políticas e econômicas através de guerras tarifárias, inclusive no Brasil, Trump não titubeia em optar por guerras abertamente bélicas para conseguir satisfazer a burguesia monopolista.

O posicionamento do Governo do Brasil é o mesmo frente a todas as escaladas bélicas que cerceiam atualmente o globo: de Havana a Gaza, a diplomacia brasileira se contenta com notas de repúdio e declarações vazias de solidariedade, sem que faça um esforço real de combater o avanço do imperialismo sequer no Brasil, reduzindo seus esforços em conciliar a cooperação com os dois blocos imperialistas em disputa (tanto China-Rússia quanto EUA-UE-OTAN-Israel) e formular “resoluções pacíficas” na ONU — a mesma que chancela o bloqueio a Cuba e é alvo de Israel em Gaza.

Mesmo o Governo do México, de Claudia Sheinbaum, tendo tergiversado na defesa de sua autonomia frente à ameaça dos EUA, enviou toneladas de alimentos e outros insumos básicos a Cuba e deu suporte aos barcos e veleiros desaparecidos que tentavam chegar à ilha com ajuda humanitária. Já a Venezuela, aliada histórica de Cuba, suspendeu o envio de petróleo e vem reduzindo suas relações diplomáticas firmadas durante a Revolução Bolivariana. Veleiros, barcos e flotilhas civis de diversos países vêm atravessando o mar Caribenho, cercado por navios de guerra estadunidenses, para enviar ajuda humanitária e painéis solares a Cuba. No Brasil, a Federação Nacional dos Petroleiros lançou uma campanha para pressionar o Governo Lula-Alckmin e a Petrobrás a enviarem petróleo à ilha para ajudá-la a enfrentar a crise energética.

As ofensivas estadunidenses em Cuba revelam a anulação absoluta do direito internacional pela força bruta do capital monopolista e a necessidade de transformar a solidariedade humanitária à ilha em luta política organizada em defesa da Revolução Cubana e do povo cubano contra o imperialismo estadunidense.

Internacional

Venezuela: da conciliação de classes para subordinação direta aos EUA

Desde antes da ofensiva estadunidense em janeiro de 2026, o PSUV, partido de Maduro, vinha adotando medidas antioperárias e antipopulares.

Por Filgueira

A agressão militar dos EUA na Venezuela em 3 de janeiro culminou no sequestro do presidente Nicolás Maduro e da primeira-dama Cília Flores, intensificando a pressão que os EUA exerciam sobre a Venezuela com sanções econômicas e sequestro de ativos e contas no exterior. Uma das primeiras medidas adotadas pela gestão de Delcy Rodríguez, atual presidente e vice de Nicolás Maduro, foi a privatização do setor petrolífero venezuelano, alterando a “Lei dos Hidrocarbonetos”, permitindo maior controle privado sobre a produção e venda de petróleo venezuelano e deixando que tribunais independentes e internacionais, alheios ao Judiciário nacional, resolvessem os litígios.

A decisão de Rodríguez contou com participação massiva dos sindicatos ligados ao Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), partido de Maduro, de Delcy Rodríguez e do falecido Hugo Chávez, que realizaram uma grande marcha em apoio à alteração. Em 1990, Chávez expropriou ativos estrangeiros da PDVSA (petrolífera estatal venezuelana) e em 2006 exigiu que a estatal fosse a principal sócia em todos os projetos de petróleo e financiamentos energéticos.

Com o domínio estrangeiro sobre o petróleo venezuelano, a Venezuela enviou, recentemente, carregamento de petróleo à Israel e suspendeu o envio de petróleo para Cuba, seu aliado histórico, além de diminuir o envio de petróleo à China, sua principal parceira comercial. Com a guerra no Irã, os EUA foram obrigados a colocar no mercado mais de 100 milhões de barris de petróleo, o que pode reduzir sua reserva estratégica para menos da metade, e parece contar com a Venezuela — país com maior reserva de petróleo no mundo — para suprir o montante utilizado para consumo interno e manutenção da guerra.

Antes da ofensiva dos EUA na Venezuela nos primeiros dias de 2026, o PSUV já vinha tendo uma guinada à direita sob o pretexto falso de um problema real: os bloqueios econômicos.

A gestão de quase 13 anos de



Foto: Presidência de Venezuela/Xinhua/Reprodução

Maduro e mais de 27 anos do PSUV foi alvo de escândalos de corrupção envolvendo as principais empresas estatais do país, incluindo a PDVSA, e nomes importantes do gabinete presidencial e ministérios. Enquanto o povo venezuelano sofre com arrochos salariais e crise aguda na indústria de transformação, sobretudo alimentícia e de remédios, ainda sob a “ressaca” da grande crise mundial capitalista de 2008, o alto escalão governamental alinhado à burguesia nacional participava de um esquema que implodiu no primeiro mandato de Maduro, em 2014. Mas, diferentemente da retórica do reformismo, os laços com o imperialismo estadunidense já vinham se desenvolvendo: em setembro de 2025, o jornal Tribuna Popular (Órgão do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela) já havia denunciado os acordos secretos entre a cúpula do governo e a multinacional petrolífera Chevron, para retomar as operações no país.

Como resposta, Maduro enrijeceu as liberdades democráticas e cassou diversos partidos e organizações que denunciaram os esquemas de corrupção, afirmando serem forças antirrevolucionárias que estariam a serviço do imperialismo. A retórica de Maduro incluiu abafar os escândalos afirmando que os casos seriam resolvidos internamente no seio do partido e que legitimar o discurso de corrupção criaria margem para que os EUA enfraquecessem a Venezuela e tomassem o país.

Dentre os opositores perseguidos, encontra-se o Partido Comunista da Venezuela (PCV) que, além de denunciar a decadência do governo Maduro com os escândalos de corrupção, elevou a crítica e denunciou a manutenção de uma burguesia interna que, mesmo no governo de Chávez, conseguiu exercer influência política e econômica às custas do povo venezuelano. Nos anos seguintes, denunciaram a lisura das eleições e a perda de direitos do povo venezuelano sob o pretexto de “enfraquecimento da economia venezuelana”.

As políticas antipovo do PSUV, mesmo antes da investida estadunidense, como a “reforma trabalhista” que abriu brecha para perseguição de trabalhadores que lutavam por melhores condições de trabalho e salário; e queda nos investimentos sociais no que tange saúde, alimentação, moradia e previdência, condenaram milhões de famílias à pobreza e desencadearam um êxodo em massa de venezuelanos. As sanções penais impostas pelo imperialismo — condenada veementemente pelos comunistas — foram utilizadas como pretexto para a corrupção administrativa, saque dos recursos da nação e a perseguição política de todas as forças que se opuseram às “políticas antioperárias e antipopulares”, incluindo um processo criminal fraudulento contra o Secretário de Relações Internacionais do PCV, Hector Rodríguez.

Por expor o alinhamento à burguesia do governo Maduro, o PSUV lançou uma perseguição brutal ao Partido Comunista da Venezuela, sequestrando e prendendo membros e lideranças políticas e impedindo candidaturas pelo PCV. Na última eleição venezuelana, em 2024, o PSUV, em conluio com o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), sequestraram a legenda do PCV afirmando um suposto apoio do partido à reeleição de Maduro quando, na verdade, foram impedidos de apoiar o candidato à presidência Enrique Márquez, preso por tentativa de golpe de Estado.

Tentando conciliar a manutenção do poder do PSUV e os interesses da burguesia venezuelana, Maduro permitiu que a burguesia estivesse numa posição de poder capaz de intervir politicamente na Venezuela, seja tentando golpes institucionais (como o “autoproclamado presidente da Venezuela” Juan Guaidó), seja apoiando intervenções militares criminosas como o de 3 de janeiro de 2026; em ambos os casos, são os trabalhadores venezuelanos que ficam a mercê do jogo político burguês e são os primeiros que sofrem os impactos políticos e econômicos do capitalismo em crise.

A consequência disso está se provando na prática: Delcy Rodríguez tem publicamente feito diversos acenos e agradecimentos a Donald Trump, elogiando a nova colaboração e retomada das relações diplomáticas entre os países. A retórica anti-imperialista do período Chávez dá lugar a uma completa subordinação ao imperialismo estadunidense.

A guinada à direita do PSUV na Venezuela mostra que os interesses da burguesia são inconciliáveis com as necessidades da classe trabalhadora. As intervenções imperialistas na Venezuela são fruto da tentativa da burguesia internacional em retomar sua hegemonia nos países da América Latina e Caribe, contando com o apoio de suas sócias menores: a burguesia nacional e os governos “progressistas” que não buscam romper efetivamente com estes setores.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Internacional

Guerra no Irã mostra fragilidade da OTAN frente às ofensivas dos EUA

Com bombardeios dos EUA e Israel ao Irã, China estreita suas relações com o governo iraniano e se torna a principal beneficiária da guerra.

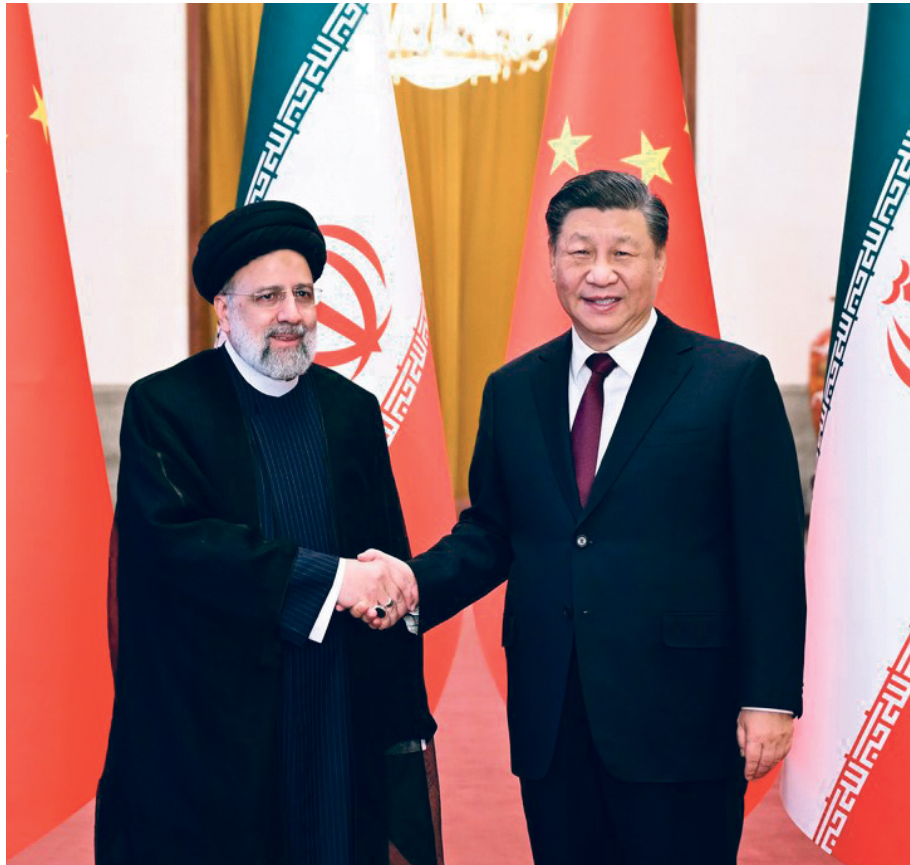
Por Filgueira

A escalada bélica dos EUA-Israel contra o Irã se realizou após alguns meses de tensões de Trump com o governo iraniano. Mesmo sem um objetivo claro sequer entre os próprios países de sua base militar (da OTAN), Trump já vinha anunciando possíveis ataques ao Irã desde o início do ano com deslocamento militar para região do Oriente Médio e Ásia Central e fomentando, junto a Israel, protestos contra o regime aiatolá, apoiando, mesmo que indiretamente, um possível retorno do regime monárquico iraniano que já vem se aproximando de Israel e prometendo o encerramento do programa nuclear do país. Em junho de 2025, Israel realizou uma série de bombardeios ao Irã, que respondeu com ataques massivos que sobrecarregaram o Domo de Ferro israelense e forçaram um cessar-fogo 12 dias após os ataques.

A disputa pela hegemonia nas Américas, Ásia e África dos EUA com a China expõe a nova fase do capitalismo mundial, em que o bloco EUA-UE-OTAN-Israel tentam retomar a influência conquistada pelo avanço imperialista do bloco russo-chinês nos países da periferia do capitalismo – que contam com o apoio de diversos governos ditos “progressistas” alinhados ao grande capital chinês e russo e às burguesias de seus próprios países.

Com a morte do Líder Supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei, em 28 de fevereiro de 2026, no mesmo dia que os bombardeios dos EUA e Israel martirizaram 150 meninas de uma escola no sul do Irã, parte dos conflitos internos contra a aristocracia clerical que se apoia sobre a burguesia iraniana foram diminuindo devido a um “mal maior” externo (EUA e Israel), o que forçou os EUA a investir em propagandas com um falso pretexto “humanitário” para justificar a intervenção, escondendo o real interesse dos monopólios capitalistas na região em busca de matérias-primas (sobretudo petróleo), rotas de transporte (Estreito de Ormuz) e influência geopolítica com a localização estratégica do Irã na região.

Ao bombardear o Irã em meio a uma ofensiva cara para a burguesia árabe e europeia na Palestina, Cuba, Venezuela e Ucrânia em um



O ex-presidente iraniano Ebrahim Raisi, à esquerda, apertando a mão do presidente chinês Xi Jinping, em 14 de fevereiro de 2023. Foto: Yan Yan/Xinhua/Reprodução

cenário de crise do capitalismo mundial, além das ameaças de invasão à Groenlândia (membra da OTAN por pertencer à Dinamarca, que é membro-fundadora da aliança) e taxações até em países aliados, Trump escancarou as contradições internas à própria OTAN e às relações entre as potências imperialistas ocidentais frente aos desenvolvimentos da ordem capitalista monopolista.

Ao mesmo tempo que promete fabricar novas ogivas nucleares, a França condenou o ataque ao Irã; já a Espanha, negou a enviar tropas para o Oriente, e proibiu que os EUA utilizasse suas bases militares em solo espanhol para realizar ataques ao povo iraniano; outros países como Alemanha, Itália, Holanda e Reino Unido também recusaram apoio imediato às ações de Donald Trump, o que fez com que o presidente estadunidense chamasse seus aliados da OTAN de “covardes” que “não serão esquecidos”.

A relação desgastada entre o bloco imperialista ocidental se dá pelas consequências imediatas do bombardeio ao Irã. O Estreito de Ormuz é essencial para o tráfego de navios petroleiros (cerca de 20% do petróleo mundial) vindos do Golfo

Pérsico em direção à África (e depois Europa e América) e Ásia, e seu fechamento pelo Irã, que controla a região, aumentou consideravelmente os preços do petróleo, gás e derivados em todo o globo, principalmente na Europa, que é dependente do fornecimento energético do Oriente.

Se o ataque ao Irã buscava, entre outras coisas, pôr fim à influência chinesa que vem numa crescente de exportação de capitais para a África e América, utilizando a Iniciativa Cinturão e Rota, que passa pelo Estreito de Ormuz, foi justamente o capital chinês o maior beneficiário dessa guerra. Numa ajuda mútua, Irã e China estreitaram relações. Pequim, nos dois primeiros meses do ano, aumentou em 15,8% sua importação de petróleo em relação ao ano anterior; já o Irã, enquanto possui ativos sequestrados em todo o globo, atingiu seu maior nível de exportação desde 2018, com 2,16 milhões de barris por dia, todos vendidos para a China, que agora tem capacidade de atender à própria demanda por 3 a 4 meses sem depender do exterior, podendo trabalhar exclusivamente na exportação de petróleo através do Estreito de Ormuz.

Com a crise no fornecimento energético, o cenário global geopolítico sofreu um baque. Cerca de 32 países, incluindo os EUA, vinculados à Agência Internacional de Energia, tiveram que liberar barris de petróleo de suas reservas estratégicas. Os 400 milhões de barris superam em mais do que o dobro os 182 milhões liberados após a guerra Rússia-Ucrânia em 2022. Mesmo assim, esse volume equivale apenas a 4 dias da produção global diária e 16 dias do fluxo diário que passa por Ormuz. Os EUA serão o país que mais disponibilizará suas reservas, sendo a forma que a grande burguesia internacional vem “cobrando a conta” de Washington, que parece contar com o petróleo venezuelano que está entregue ao capital privado e à justiça internacional.

As lutas de trabalhadores navais do Mediterrâneo e outras regiões próximas ao conflito dão a resposta. Depois de terem conseguido uma paralisação de trabalhadores portuários de diversos países em fevereiro, os sindicatos PEMEN e STEFENSON, filiados à Frente Militante de Todos os Trabalhadores (PAME) na Grécia, apresentaram uma demanda de reivindicações dos trabalhadores, que estão sendo expostos aos ataques por seus trabalhos embarcados, para a Organização Marítima Internacional (OMI-ONU). Se os ataques continuarem, novas greves e paralisações do comércio marítimo serão a saída para a pressão operária sobre os monopólios nesses conflitos.

Os trabalhadores do mundo não podem se enganar: a disputa entre dois blocos imperialistas pelo poder mundial não pavimentará a libertação da exploração dos trabalhadores do mundo; pelo contrário, faz com que o povo dos países em guerra seja a “bucha de canhão” dos interesses da burguesia monopolista. A luta contra as guerras imperialistas é indissociável da luta contra o capitalismo em crise que as produz; é justamente no momento de acirramento das contradições entre as burguesias internacionais que devemos forjar uma alternativa proletária capaz de derrotar os inimigos de classe dos trabalhadores e construir o socialismo.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

